

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11

PARTE I PARTE GERAL E ESPECIAL

1. ASPECTOS PENAIS.....	31
Introito.....	31
2. EVOLUÇÃO E ESCOLAS DO DIREITO PENAL.....	35
2.1. Escolas penais.....	40
2.2. Escola clássica penal.....	40
2.3. Escola criminal positiva.....	42
2.4. <i>Terza</i> Escola.....	44
2.5. Escola neoclássica	44
2.6. Escola Correcionalista	44
2.7. Teoria da defesa social.....	45
2.8. Escola de Frankfurt	45
2.9. Direito penal no Brasil	46
3. TEORIAS PENAIS SOBRE CONDUTA	49
3.1. Introdução.....	49
3.2. Conduta humana.....	50
3.3. Principais teorias do direito penal sobre a conduta	51
3.3.1. Teoria natural ou causal da ação	51
3.3.2. Teoria neoclássica de conduta ou causal-neokantiano.....	53
3.3.3. Teoria finalista da ação	54
3.3.4. Teoria constitucionalista	56

4.	HOMICÍDIO DOLOSO	61
4.1.	Origem	61
4.2.	Direito penal na história brasileira	62
4.3.	Atualidade	64
4.4.	Natureza jurídica do crime de homicídio doloso (Crime comum, simples, instantâneo, material, de dano e de forma livre)	66
4.5.	Sanção penal.....	67
4.6.	Homicídio simples.....	69
4.6.1.	Introdução à estrutura do crime	69
4.6.1.1.	Conceito formal de crime	69
4.6.1.2.	Conceito material de crime.....	70
4.6.1.3.	Fato típico	70
4.6.1.4.	Antijuridicidade	71
4.6.1.4.1.	Estado de necessidade.....	72
4.6.1.4.2.	Legítima defesa	73
4.6.1.4.3.	Estrito cumprimento de dever legal	73
4.6.1.4.4.	Exercício regular de direito	74
4.6.1.5.	Culpabilidade.....	75
4.6.2.	Classificação da ação penal no delito de homicídio doloso.....	77
4.6.2.1.	Título do crime	77
4.6.2.2.	Objeto jurídico	80
4.6.2.3.	Estrutura do tipo penal.....	80
4.6.2.4.	Sujeitos do delito, concurso de agentes (autoria e participação) e comunicação de causas de diminuição especial e qualificadoras	82
4.6.2.5.	Formas de execução do dolo (consumação, tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz).....	85
4.6.2.6.	Elemento subjetivo do tipo.....	86
4.6.2.6.1.	Dolo direto (primeiro e segundo graus, consumado e tentado)	87
4.7.	Legítima defesa	101
4.7.1.	Legítima defesa em homicídio doloso	102
4.7.2.	Elementos da legítima defesa.....	104
4.7.3.	Agressão factível.....	104
4.7.4.	Agressão atual ou iminente	105
4.7.5.	Agressão injusta	106
4.7.6.	Violação de direito seu ou de outrem.....	106
4.7.7.	Utilização de meios necessários.....	106

4.7.8.	Moderação e o excesso na legítima defesa	107
4.7.9.	Ânimo de defesa	110
4.7.10.	Legítima defesa especial do agente de segurança pública.....	111
4.7.11.	Negociação policial e gerenciamento de crises	112
4.7.12.	Legítima defesa putativa.....	114
4.8.	O erro no homicídio doloso	115
4.8.1.	Introdução	115
4.8.2.	Erro de tipo	117
4.8.3.	Descriminantes putativas	119
4.8.4.	Erro de proibição.....	121
4.8.5.	Legítima defesa putativa no tribunal do júri.....	123
5.	HOMICÍDIO COM CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA.....	125
5.1.	Classificação jurídica. Existe homicídio privilegiado?.....	125
5.2.	Relevante valor social ou moral	127
5.2.1.	Características e compatibilidade com qualificadoras	127
5.2.2.	Relevante valor social (motivação refletida)	127
5.2.3.	Relevante valor moral (motivação refletida).....	127
5.3.	Domínio de violenta emoção (homicídio emocional ou de ímpeto)	128
5.4.	Formas de motivação nos casos de homicídio com diminuição de pena.....	133
6.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	135
6.1.	Introito	135
6.2.	Qualificadoras (Código Penal, artigo 121, § 2º).....	140
6.2.1.	Qualificadoras subjetivas de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	140
6.2.1.1.	Mediante paga	140
6.2.1.2.	Mediante promessa de recompensa	142
6.2.1.3.	Motivo torpe.....	142
6.2.1.4.	Motivo fútil	144
6.2.2.	Qualificadoras objetivas de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel e arma de fogo de uso restrito ou proibido)	148
6.2.2.1.	Veneno	149
6.2.2.2.	Fogo	150
6.2.2.3.	Explosivo	150
6.2.2.4.	Asfixia	151
6.2.2.5.	Tortura.....	152

6.2.2.6.	Crueldade.....	154
6.2.2.7.	Perigo comum	155
6.2.3.	Qualificadoras objetivas de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima)	156
6.2.3.1.	Traição.....	156
6.2.3.2.	Emboscada	156
6.2.3.3.	Dissimulação	157
6.2.3.4.	Recurso que impossibilita ou dificulta a defesa da vítima	157
6.2.3.4.1.	Atingir a vítima nas costas e pelas costas	158
6.2.4.	Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime)	160
6.2.4.1.	Assegurar execução de outro crime (conexão por teleologia)	161
6.2.4.2.	Assegurar ocultação de outro crime (conexão consequencial)	161
6.2.4.3.	Assegurar a impunidade de outro crime (conexão consequencial)	161
6.2.4.4.	Assegurar a vantagem de outro crime (conexão consequencial)	162
6.2.5.	Qualificadora funcional (agentes de forças públicas)	162
6.2.6.	Causa de aumento etária (Código Penal, artigo 121, § 4º, parte final)	163
6.2.7.	Qualificadora do emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	163
6.2.8.	Qualificadora contra menor de 14 anos de idade.....	166
6.2.9.	Causa de aumento quando praticada contra vítima menor de 14 anos com deficiência ou doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade.....	167
6.2.10.	Causa de aumento contra menor de 14 anos quando o autor é seu responsável	168
6.2.11.	Causa de aumento quando praticada contra menor de 14 anos em instituição básica pública ou privada	168
6.2.12.	Revogação tácita da supracitada causa de aumento do § 4º (in fine) do art. 121 do CP	169
7.	FEMINICÍDIO	171
7.1.	Violência contra a mulher: uma quebra de paradigma e evolução legislativa.....	171

7.2.	Violência institucional contra a mulher	176
7.3.	Evolução do feminicídio no direito brasileiro	177
7.4.	Espécies de feminicídio (sexo ou gênero feminino?)	183
7.5.	Feminicídio doméstico ou familiar (uxoricídio)	183
7.6.	Feminicídio misógino (não íntimo)	187
7.7.	Indenização da vítima de violência doméstica	188
7.8.	Crime de feminicídio no direito brasileiro	192
7.8.1.	Título do crime (<i>nomen iuris</i>)	192
7.8.2.	Objetividade jurídica da norma penal	192
7.8.3.	Natureza jurídica do crime de feminicídio (crime próprio, simples, instantâneo, material, de dano e de forma livre)	193
7.8.4.	Elemento subjetivo do tipo	194
7.8.5.	Concurso de agentes	194
7.8.6.	Sanção Penal	195
7.8.7.	Causas de aumento de pena	195
7.8.7.1.	Vítima gestante ou em pós-parto (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, I)	196
7.8.7.2.	Vítima menor de 14 anos de idade, idosa ou com deficiência (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, II)	196
7.8.7.3.	Na presença de descendente ou de ascendente da vítima (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, III)	196
7.8.7.4.	Descumprimento de medidas protetivas de urgência (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, IV)	197
7.8.7.5.	Nas circunstâncias previstas nos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121 (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, V)	198
7.8.7.6.	Inaplicabilidade de demais qualificadoras do homicídio doloso	198
7.8.7.7.	Inaplicabilidade das causas especiais de diminuição de pena previstas no art. 121, § 1º, do Código Penal (relevante valor social, moral e domínio de violenta emoção)	199
7.8.7.8.	Efeitos secundários	199
7.8.7.8.1.	Perda ou vedação de exercício de cargo, função pública ou mandato eletivo	199
7.8.7.8.2.	Incapacidade para o poder familiar, tutela e curatela	200
7.8.7.8.3.	Efeito automático da condenação	201
7.8.7.9.	Execução penal	201

7.8.7.10.	Tramitação processual e custas	202
7.8.7.11.	<i>Vacatio legis</i>	202
7.8.7.12.	Sanção no direito comparado	202
7.8.7.13.	Legítima defesa da honra em feminicídio	203
7.8.7.13.1.	Introdução	203
7.8.7.13.2.	Caso Doca Street/Ângela Diniz (1979).....	204
7.8.7.13.3.	Contexto atual de legítima defesa da honra em feminicídio.....	206
7.8.7.13.4.	Caso Nova Era (2017).....	207
7.8.7.13.5.	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779/DF	207
7.9.	Crime de perseguição (<i>stalking/criminal harassment/Atti persecutori</i>) ...	211
7.9.1.	Criminalização global	211
7.9.2.	Tutela jurídica	219
7.9.3.	Sujeitos do delito.....	219
7.9.4.	Elementos do tipo penal.....	220
7.9.4.1.	Elemento objetivo	220
7.9.4.2.	Elemento normativo.....	220
7.9.4.3.	Elemento subjetivo.....	220
7.9.5.	Consumação	221
7.9.6.	Ação penal e pena.....	222
7.10.	Crime de violência psicológica contra a mulher	223
7.10.1.	Introdução	223
7.10.2.	Título do crime.....	225
7.10.3.	Tutela jurídica e qualificação doutrinária	225
7.10.4.	Sujeitos do delito.....	225
7.10.5.	Elementos do tipo penal.....	226
7.10.5.1.	Elemento objetivo	226
7.10.5.2.	Elemento subjetivo.....	226
7.10.6.	Consumação	226
7.10.7.	Ação penal e pena.....	226
8.	MILÍCIA PRIVADA (CÓDIGO PENAL, ARTIGO 121, § 6º)	229
9.	ASPECTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS QUALIFICADORAS DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO	233
10.	HOMICÍDIO MINORADO/QUALIFICADO	237

11. CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO	239
11.1. Delito de racha qualificado. Artigo 308, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro. Antinomia (aparente)	243
11.2. Reforma legislativa incluída pela Lei Federal n. 13.546/2017	247
12. CRIME DE HOMICÍDIO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	249
12.1. Associação criminosa	249
12.2. Surgimento das organizações criminosas.....	250
12.2.1. Organizações criminosas na Itália	250
12.2.2. Organizações criminosas no Brasil	252
12.3. Legislação brasileira sobre organizações criminosas.....	253
12.4. Facções criminosas no Brasil	255
12.5. Facções criminosas são associações ou organizações criminosas?	256
12.6. Homicídio doloso e crime conexo de organização criminosa.....	257
12.7. Duplicidade de condenações de membros de facções criminosas	259
12.8. Colaboração premiada no tribunal do Júri.....	260

PARTE II ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIIS DO TRIBUNAL DO JÚRI

13. BREVE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	265
14. A INFLUÊNCIA DA LÓGICA (JURÍDICA) NO TRIBUNAL DO JÚRI	279
14.1. O exercício de convencimento aos jurados	279
14.2. Argumentação <i>ad humanitatem</i> , <i>ad hominem</i> e <i>ad personam</i>	282
14.3. Argumento de autoridade.....	283
14.4. Existe lógica jurídica?.....	284
14.5. Dialética e retórica	287
14.6. Lógica no tribunal do júri	288
15. PROCEDIMENTO ATUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	291
15.1. Fase de investigação preliminar. Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime).....	291
15.1.1. Adaptação cultural ao modelo acusatório: agentes públicos não podem acumular atividades estatais na persecução criminal... ..	291
15.1.2. Investigação defensiva restritiva no direito brasileiro	293
15.1.3. Cadeia de custódia	294

15.1.4.	Prazo de conclusão do inquérito policial e arquivamento.....	295
15.1.5.	Juiz de garantias	298
15.1.5.1.	Origem do juiz de garantias no sistema brasileiro....	298
15.1.5.2.	Natureza jurídica do juiz de garantias.....	301
15.1.5.3.	Competência	302
15.1.6.	Imprestabilidade dos elementos de investigação para a futura ação penal	305
15.1.7.	Impedimento do juiz de garantias para funcionar no processo penal	309
15.1.8.	É da melhor técnica processual o juiz de garantias ter competência para receber denúncia?.....	309
15.1.9.	Os estudos de Bernd Shünemann e o efeito perseverança.....	310
15.1.10.	O juiz que oficia em fase de investigação criminal pode ser o mesmo da fase da instrução e julgamento? A estética da imparcialidade.....	312
15.1.11.	Modelos de atuação judiciária no direito comparado	313
15.1.12.	Varas colegiadas	317
15.2.	Natureza jurídica do processo penal	317
15.3.	Rito especial do tribunal de júri	321
15.4.	Fase de recebimento da denúncia	324
15.5.	Fase de citação.....	325
15.5.1.	Citação pessoal.....	325
15.5.2.	Citação por edital	326
15.5.3.	Termo inicial da suspensão de prazo prescricional na citação por edital.....	326
15.5.4.	Recontagem da suspensão de prazo prescricional do art. 366 do CPP com o advento de sentença condenatória.....	327
15.5.5.	Produção antecipada de provas	327
15.5.6.	Citação por hora certa	329
15.6.	Fase de resposta escrita.....	330
15.6.1.	Pode haver absolvição sumária?	331
15.7.	Fase de instrução preliminar do tribunal de júri	332
15.7.1.	Adaptação da instrução ao modelo acusatório.....	332
15.7.2.	Ofendido e testemunhas.....	333
15.7.3.	Interrogatório.....	335
15.7.4.	Alegações finais (<i>mutatio libelli</i>)	345
15.7.5.	Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.....	347
15.7.5.1.	Pronúncia.....	347

15.7.5.1.1.	<i>Standard</i> probatório da pronúncia....	348
15.7.5.1.2.	A pronúncia pode conter fundamentação baseada exclusivamente no que se produz em investigação preliminar?	352
15.7.5.1.3.	Exigência de provas das qualificadoras.....	352
15.7.5.1.4.	Valoração de <i>animus necandi</i> na pronúncia	353
15.7.5.1.5.	Imprestabilidade de <i>standard</i> probatório americano ao modelo brasileiro de júri.....	355
15.7.5.1.6.	Limites de fundamentação da decisão de pronúncia: equilíbrio entre a suficiência de motivação e a eloquência acusatória	357
15.7.5.1.7.	Pronúncia e crimes conexos.....	358
15.7.5.1.8.	Pronúncia: qualificadoras e causas de aumento	359
15.7.5.1.9.	Pronúncia e reclassificação	360
15.7.5.1.10.	Pronúncia e prisão preventiva.....	361
15.7.5.1.11.	Pronúncia e falácia do <i>in dubio pro societate</i>	362
15.7.5.1.12.	Homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Consunção?	370
15.7.5.2.	Impronúncia.....	372
15.7.5.3.	Absolvição sumária	376
15.7.5.4.	Ampliação subjetiva de relação jurídico-processual.....	382
15.7.5.5.	<i>Emendatio libelli</i>	382
15.7.6.	Desclassificação.....	384
15.8.	Fase do <i>iudicium causae</i>	388
15.8.1.	Subfase de requerimento de provas para plenário.....	388
15.8.2.	Subfase de saneamento do processo	391
15.8.3.	Subfase de preparação do julgamento pelo juiz presidente do tribunal do júri	393
15.8.4.	Desaforamento	393
15.8.5.	Jurados – organização da pauta – início da sessão.....	396
15.8.5.1.	Ordem de julgamentos	409
15.8.5.2.	Gravação da sessão pelas partes	412
15.8.5.3.	Da reunião e das sessões do tribunal do júri.....	413

15.8.5.4.	Ausência de membro do Ministério Público	417
15.8.5.5.	Ausência de defensor do acusado	417
15.8.5.6.	Ausência do acusado	418
15.8.5.7.	Ausência de testemunhas ou vítima arroladas	418
15.9.	Fase de instrução plenária	425
15.9.1.	Fase inicial da instrução plenária: leitura de peças	426
15.9.2.	Oitiva de pessoas no júri e sistema de perguntas diretas (<i>direct examination</i>).....	428
15.9.3.	Respeito à dignidade de testemunhas e vítima durante a instrução (Lei n. 14.245/2021).....	431
15.9.4.	Falso testemunho em sessão de júri.....	436
15.9.5.	Pode a testemunha permanecer em silêncio?	438
15.9.6.	Existe perjúrio no Brasil?	438
15.9.7.	Interrogatório em plenário do júri.....	439
15.10.	Fase de debates (tese defensiva de clemência e o Tema 1087/STF)	440
15.11.	Fase de julgamento	454
15.11.1.	Providências iniciais.....	454
15.11.2.	A quesitação no tribunal do júri	455
15.11.2.1.	Explicações sobre a quesitação e o momento de impugnar.....	462
15.11.2.2.	Votação do questionário	463
15.11.2.3.	Repetição da votação de quesitos.....	467
15.11.2.4.	Votação e crimes conexos	468
15.11.2.5.	Votação e excesso culposo em legítima defesa	469
15.11.2.6.	Postura do juiz presidente durante a votação.....	469
15.11.3.	Da sentença	471
15.11.3.1.	Estrutura da sentença	473
15.11.3.2.	Decisão desclassificatória	474
15.11.3.3.	Vedação de jurados decidirem sobre crime desclassificado.....	475
15.11.3.4.	Sentença condenatória (acordo de não persecução penal e progressão de regime).....	476
15.11.3.5.	Reconhecimento de agravantes e atenuantes.....	480
15.11.3.6.	Reparação de danos	481
15.11.3.7.	Dosimetria da pena e concurso de crimes	481
15.11.3.8.	Sentença, execução provisória, prisão imediata e o julgamento do Tema 1068 pelo Supremo Tribunal Federal	483

15.12. Atribuições do presidente do tribunal do júri	487
15.12.1. Postura segura na condução dos trabalhos	488
15.12.2. Aparte consentido e regulamentado	490
15.12.3. Demais atribuições e competências do juiz presidente	491
15.12.4. Abandono de plenário	492
16. COLABORAÇÃO PREMIADA NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	497
16.1. Acordo de colaboração premiada após a denúncia (fase judicial ou intercorrente)	498
16.2. Acordo de colaboração em fase anterior à denúncia (fase investigativa)... ..	498
16.3. Acordo de colaboração após a sentença (colaboração tardia).....	499
17. ECURSOS NO TRIBUNAL DO JÚRI	501
17.1. Recurso na perspectiva de processo penal convencional e constitucional.....	501
17.2. Natureza jurídica dos recursos	503
17.3. Princípios aplicáveis aos recursos.....	504
17.4. Admissibilidade dos recursos	506
17.4.1. Pressupostos extrínsecos.....	506
17.4.2. Pressupostos intrínsecos	506
17.5. Efeitos dos recursos.....	507
17.5.1. Devolutivo	507
17.5.2. Translativo	508
17.5.3. Expansivo	508
17.5.4. Regressivo	508
17.5.5. Diferido	509
17.5.6. Suspensivo	509
17.5.7. Obstativo.....	510
17.5.8. Substitutivo.....	510
17.6. Introdução do <i>distinguishing</i> no sistema brasileiro.....	510
17.7. <i>Distinguishing</i> e <i>overruling</i> em prisões preventivas.....	513
17.8. Recursos no tribunal do júri	514
17.8.1. Recursos em espécie no rito especial do tribunal do júri	516
17.8.1.1. Denúncia.....	516
17.8.1.2. Pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação	516
17.8.2. Decisões no plenário do tribunal do júri.....	518
17.8.2.1. Apelação	518

17.8.2.2.	Caso em que o tribunal deve anular a decisão do tribunal do júri	518
17.8.2.3.	Julgamento manifestamente contrário à prova dos autos (tese defensiva de clemência o Tema 1087/STF)	520
17.8.2.4.	Embargos de declaração	525
17.8.2.5.	Carta testemunhal	525
17.8.2.6.	Embargos infringentes e de nulidade	526
17.8.2.7.	Recursos excepcionais	526

PARTE III

GENOCÍDIO – CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

18.	GENOCÍDIO	531
18.1.	Bem jurídico protegido	531
18.2.	Origem	531
18.3.	Crime de genocídio	532
18.3.1.	Sujeito ativo	534
18.3.2.	Sujeito passivo	534
18.3.3.	Elemento subjetivo do tipo	534
18.3.3.1.	Sanção Penal	535
18.3.3.2.	Precedente do Supremo Tribunal Federal	535
19.	CRIMES CONTRA A HUMANIDADE	537
19.1.	História do Estatuto de Roma	537
19.2.	Os crimes contra a humanidade	539
19.3.	Competência	541
19.4.	Sujeitos do crime	541
19.5.	Elemento subjetivo do tipo	541
19.6.	Sanção penal	543

PARTE IV

QUESTIONÁRIOS SOBRE

HOMICÍDIO, FEMINICÍDIO E CRIMES CONEXOS

QUESITOS DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	547
Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i> (CP, art. 20, § 3º)	547
Inimputabilidade (CP, art. 26)	548

Semi-imputabilidade (CP, art. 26, parágrafo único)	549
Concurso de pessoas (cp, art. 29) – Mandante	550
Concurso de pessoas (CP, art. 29) – Partícipe.....	551
Concurso de pessoas – partícipe – participação de menor importância (CP, art. 29, § 1º).....	551
Partícipe – cooperação dolosamente distinta (CP, art. 29, § 2º)	552
Erro de execução – <i>aberratio ictus</i> (CP, art. 73)	553
Com resultado duplo (CP, art. 73, <i>In fine</i>).....	554
PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	
Homicídio Tentado	555
TENTATIVA DE HOMICÍDIO COM TESE DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (CP, art. 15)	558
HOMICÍDIO CONSUMADO	560
Homicídio doloso com tese de legítima defesa reconhecida e sustentação de excesso culposo	563
CAUSAS ESPECIAIS DE DIMINUIÇÃO DE PENA (cp, art. 121, § 1º).....	565
QUALIFICADORAS (CP, art. 121, § 2º)	566
Qualificadoras de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	566
Qualificadoras de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel)	569
Qualificadoras de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima)	574
Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime)	576
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO NO HOMICÍDIO DOLOSO	580
FEMINICÍDIO CONSUMADO (CP, art. 121-A)	583
FEMINICÍDIO CONSUMADO com tese desclassificatória para homicídio doloso (CP, art. 121-A)	584
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA EM FEMINICÍDIO (CP, art. 121-A, § 2º).....	586
ABORTO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO (CP, art. 124)	589
ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO (CP, arts. 125 e 126)	590
ABORTO QUALIFICADO (CP, art. 127)	590
CRIMES CONEXOS.....	591
LEIS ESPECIAIS	601
REFERÊNCIAS	609